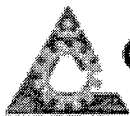


TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as condições gerais que orientarão o processo licitatório, na modalidade Concorrência Pública, com critério de julgamento baseado na Maior Oferta pela Outorga da Concessão, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/1995. A licitação tem por finalidade a celebração de contrato de concessão com pessoa jurídica habilitada e qualificada para a exploração, em regime de exclusividade, dos serviços públicos lotéricos no Município de Cataguases-MG, por meio da LTOCAT – Loteria Municipal de Cataguases, conforme tabela abaixo:

<p>Prestação dos serviços públicos lotéricos no Município de Cataguases-MG, sob a denominação oficial de LTOCAT – Loteria do Município de Cataguases, mediante concessão outorgada à pessoa jurídica habilitada e qualificada para exploração exclusiva das seguintes modalidades lotéricas conforme permissivo das Leis Federais nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023: (i) Loteria Passiva; (ii) Loteria de Prognósticos Numéricos; (iii) Loteria de Prognóstico Específico; (iv) Loteria de Prognósticos Esportivos; (v) Loteria Instantânea; e (vi) Loteria de Apostas de Quota Fixa.</p> <p>A exploração compreenderá a implantação, operação, manutenção e modernização dos serviços lotéricos em meio físico e digital, com responsabilidade integral pela gestão comercial, tecnológica, operacional, regulatória e de relacionamento com</p>	<p>531</p>	<p>UNID</p>	<p>1</p> <p>Quota Fixa: valor mínimo de referência de R\$ 121.350,00, que servirá como lance inicial para as propostas comerciais, de acordo com o critério de julgamento por maior oferta pela outorga da concessão, nos termos do art. 15, II, da Lei Federal nº 8.987/1995.</p> <p>Quota Variável (Royalties): 5% (cinco por cento) mensais sobre o GGR (Gross Gaming Revenue), durante toda a vigência contratual.</p>
---	------------	-------------	--



os usuários.					Para fins de apuração, considera-se GGR a receita bruta de apostas deduzidos os valores pagos a título de prêmios e os tributos incidentes sobre os prêmios pagos.
--------------	--	--	--	--	--

1.2. As modalidades lotéricas abrangidas incluem: (i) Loteria Passiva; (ii) Loteria de Prognósticos Numéricos; (iii) Loteria de Prognóstico Específico; (iv) Loteria de Prognósticos Esportivos; (v) Loteria Instantânea; e (vi) Loteria de Apostas de Quota Fixa, conforme permissivo das Leis Federais nº 13.756/2018 e nº 14.790/2023.

1.3. A presente contratação possui natureza especial, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que o objeto envolve a delegação de serviço público de loterias em regime de concessão, cuja estrutura operacional, jurídica e tecnológica apresenta elevado grau de complexidade e variabilidade.

1.4. Em razão dessas características, o objeto não pode ser descrito de forma padronizada, tampouco executado mediante critérios exclusivamente objetivos, sendo inaplicável o tratamento de serviço comum, o que justifica a adoção da modalidade Concorrência Pública, com inversão de fases, conforme permitido pelo art. 18-A da Lei nº 8.987/1995.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A partir da decisão unânime do Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou procedente as Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 492 e 493, os serviços de loterias foram declarados como de natureza de serviço público, podendo ser explorados pelos Municípios e, com a sanção da Lei Municipal nº 5.042/2024, o Município de CATAGUASES-MG foi autorizado pelo Poder Legislativo a explorá-los sob quaisquer das modalidades lotéricas previstas na legislação federal vigente, sendo consumada diretamente pelo Poder Executivo ou, alternativamente, por meio de Concessão, permissão, credenciamento ou outras modalidades de contratação ou parcerias previstas em lei, observadas as normas e atos regulamentares pertinentes.

2.2 A Portaria Municipal nº 618/2024 instituiu o COMITÊ GESTOR, órgão responsável pela implantação da Loteria de Cataguases-MG e, tendo em vista o potencial vislumbrado de arrecadação para o Município, por meio da exploração dos serviços públicos de loterias, cujo papel social é o



financiamento de políticas sociais, a Lei Municipal 5.042/2024 (que criou a LOTO CAT – Loteria de Cataguases) estabeleceu, em seu Art. 5º incs. I ao VI, a destinação dos recursos captados por meio de loterias, direcionando-os para o custeio de ações nas áreas de assistência social, saúde, esporte, cultura, meio ambiente, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência ou idosas, excluídas as despesas destinadas ao pagamento de despesas operacionais, prêmios e respectivo Imposto de Renda.

2.3 Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Cataguases-MG, por intermédio da Secretaria de Fazenda, nos termos do artigo 2º e seguintes da Lei nº 5.042, de 09 de agosto de 2024, e conforme os artigos 78 e 81 da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021 e o Decreto nº 4.807/2017 - que estabelece o Procedimento de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada – PMI; realizou o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEFAZ – 001/2024, que culminou na elaboração de ESTUDOS (análise jurídico-institucional, técnico-operacional e econômico-financeira) para a operação de serviços lotéricos no Município de Cataguases, resultando em diretrizes, a fim de subsidiar sua modelagem, para sua implantação e desenvolvimento.

2.4 A par destes diplomas legislativo, devem ser acrescentadas a Lei Federal nº 8.987/1995, que regulamenta o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, em conjunto com a Lei Federal nº 11.079/2004, que estabelece o prazo mínimo e máximo para duração dos contratos de PPP's.

2.5 Assim, foi identificada, como imperiosa, a necessidade de promover o desenvolvimento econômico local, a partir da geração de novas fontes de receita e do aprimoramento da gestão pública sendo que, o credenciamento de empresas para a exploração de loterias oferece ao município a oportunidade de aumentar suas receitas sem depender de novos impostos ou investimentos diretos do erário público, sendo que, o modelo de concessão permite o aproveitamento de tecnologias avançadas para atender à crescente demanda por serviços de apostas online, em conformidade com a legislação vigente, atendendo diretamente ao interesse público.

2.6 Nos termos do art. 186 da Lei nº 14.133/2021 aplicam-se, subsidiariamente às disposições desta, a Lei nº 8.987/95, sendo a **modalidade de licitação indicada a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA que, para melhor eficiência do certame na disputa, haverá INVERSÃO DAS FASES nos termos do artigo 18-A da Lei 8.987/95, ou seja, a fase de classificação das propostas será realizada antes da fase de habilitação; além disso, o critério de julgamento indicado é o de MAIOR OFERTA PELA OUTORGA DA CONCESSÃO, nos termos do artigo 15, II do mesmo diploma, seguindo o modo de disputa será aberto.**

2.7 A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que alterou, significativamente, o regime jurídico das contratações públicas, portanto o Plano de Contratações Anual (PCA), previsto no art.12 VII e §1º da

Endereço: Rua Major Vieira, 212 - 2º Andar, Sala 208 - Centro - Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - Ramais: 143, 144, 145, 146

E-mail: compras@cataguases.mg.gov.br



Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021 e no art. 5º do Decreto Municipal nº 5.805, de 2º de julho de 2023, ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Opta-se pela celebração de contrato de concessão administrativa, com base na Lei Federal nº 8.987/1995, visando à delegação, em regime de exclusividade, da prestação dos serviços públicos lotéricos no Município de Cataguases-MG, sob a denominação oficial de LOTOCAT – Loteria do Município de Cataguases.

A contratação será realizada com pessoa jurídica habilitada e qualificada, por meio de Concorrência Pública Eletrônica, com adoção do critério de julgamento de maior oferta pela outorga da concessão, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei nº 8.987/1995. A concessão abrangerá a implantação, operação, gestão, modernização e manutenção dos serviços lotéricos, nas seguintes modalidades:

I – Modalidade lotérica passiva: modalidade em que o apostador adquire bilhete já numerado, em meio físico (impresso) ou virtual (eletrônico e on-line disponibilizado na internet);

II – Modalidade de concurso de prognósticos numéricos: modalidade em que o apostador tenta prever quais serão os números sorteados no concurso;

III – Modalidade de concurso de prognóstico específico: modalidade instituída pela Lei Federal nº 11.345, de 14 de setembro de 2006;

IV – Modalidade de prognósticos esportivos: modalidade em que o apostador tenta prever o resultado de eventos esportivos;

V – Modalidade lotérica de resultado instantânea: modalidade que apresenta, de imediato, se o apostador foi ou não contemplado com alguma premiação.

VI - Aposta de Quota Fixa: modalidade que consiste em sistema de apostas relativas a eventos reais ou virtuais em que é definido, no momento de efetivação da aposta, quanto o apostador pode ganhar em caso de acerto do prognóstico.

3.2. A escolha pela concessão do serviço através, de licitação na modalidade concorrência, se deu em razão:

- I. do município não possuir, em seu quadro funcional, servidores capacitados em prestar tal tarefa especializada, nem guardar alguma *expertise* na exploração deste serviço público, não podendo entregar um serviço eficaz à população;
- II. da necessidade de encontrar parceiro privado adequado para a exploração do serviço público;
- III. da contratação objeto deste certame envolver bens e serviços especiais, que não permitem definição objetiva em razão de sua alta heterogeneidade ou complexidade, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021;



3.3. Portanto, todos os elementos dispostos neste Termo de Referência possibilitam que a contratação produza os efeitos pretendidos, de forma satisfatória para a Administração, gerando incremento social e financeiro.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá:

- a)** Atender, em seus serviços, às especificações mínimas descritas no Termo de Referência;
- b)** Comprovar a capacidade técnica e experiência na realização do serviço;
- c)** Garantir a qualidade dos serviços a serem prestados, assegurando a conformidade com as normas pertinentes;
- d)** Conter equipe técnica qualificada e capacitada, incluindo profissionais com experiência comprovada na atuação correspondente;
- e)** Disponibilizar recursos e ferramentas adequados para a execução eficaz dos seus serviços.

4.2 SUSTENTABILIDADE

4.2.1. Considerando a natureza do objeto – concessão para exploração de serviços públicos lotéricos, não foram identificados critérios específicos de sustentabilidade ambiental, social ou econômica diretamente aplicáveis à presente contratação, por não envolver aquisição de bens de consumo pela Administração nem atividade de impacto ambiental relevante.

4.2.2. Ainda assim, a presente contratação observará, sempre que possível, os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência e da economicidade, conforme os arts. 5º e 11, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, recomendando-se à futura concessionária a adoção de boas práticas de responsabilidade socioambiental no exercício de suas atividades, em especial no que se refere à inclusão, acessibilidade, consumo consciente de recursos e segurança da informação.

4.3 SUBCONCESSÃO

4.3.1. É vedada, sob qualquer hipótese, a subconcessão do objeto desta concessão.

4.4. SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS

4.4.1. A subcontratação parcial de serviços acessórios é admitida, desde que previamente aprovada pelo Poder Concedente e limitada às atividades de apoio à operação do objeto, conforme estabelecido neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos. A responsabilidade integral pela execução e resultados do contrato permanece da Concessionária, correndo por sua conta e risco.



4.4.2. O Poder Concedente, por meio da Comissão Especial de Licitação, delimita expressamente:

a) São **vedadas à terceirização** as seguintes atividades:

- A gestão e exploração do negócio lotérico em si, incluindo o planejamento estratégico, desenvolvimento e implementação das modalidades de jogos, bem como a relação direta com apostadores e revendedores, e a responsabilidade pelo cumprimento de obrigações regulatórias, fiscais e contratuais.

b) São **admitidas à subcontratação**, mediante aprovação prévia e sob responsabilidade da Concessionária, as seguintes atividades de natureza acessória:

- Serviços de publicidade, propaganda e promoção;
- Serviços de tecnologia da informação;
- Provedores de serviços de internet;
- Provedores de softwares e plataformas de jogos;
- Provedores de soluções de meios de pagamento;
- Provedores de serviços em nuvem.

c) A Concessionária deverá obrigatoriamente contratar instituição de pagamento ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para realizar a gestão das operações de Cash In (entrada de recursos) e Cash Out (pagamentos a usuários e premiação).

4.4.3. O Poder Concedente poderá, a qualquer tempo, requerer informações, documentos ou relatórios relacionados aos contratos firmados com terceiros, no que se refere às atividades acessórias previstas neste instrumento.

4.4.4. Os terceiros contratados deverão demonstrar:

- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Higiene financeira;
- Capacidade operacional;
- Habilidade técnica compatível com o escopo contratado.

4.4.4.1. A Concessionária será plenamente responsável pelos atos, omissões, falhas e prejuízos decorrentes da atuação dos terceiros subcontratados, perante o Poder Concedente e perante terceiros.

4.4.5. Os contratos celebrados entre a Concessionária e seus fornecedores ou prestadores de serviço serão regidos pelo direito privado, devendo conter cláusula expressa de sub-rogação ao Poder Concedente, a ser exercida a critério exclusivo deste, em caso de inadimplemento ou necessidade de continuidade do serviço.



4.4.6. A Concessionária é a única responsável pelo cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução direta ou indireta do contrato, não havendo solidariedade ou subsidiariedade do Poder Concedente.

4.4.7. Caberá à Concessionária verificar, previamente à contratação de terceiros, a compatibilidade da experiência, estrutura e capacidade técnica dos mesmos com as obrigações assumidas, garantindo o cumprimento integral das metas contratuais.

4.5 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.5.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter em favor do CONCEDENTE, como garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor contratual anual.

4.5.2. O valor do Contrato, para o primeiro ano, corresponderá ao valor da outorga fixa; e, a partir do segundo ano e até o final do prazo do contrato, corresponderá ao montante total arrecadado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

4.5.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar a garantia contratual no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do início da operação dos serviços lotéricos, podendo tal prazo ser prorrogado, mediante solicitação formal da Interessada, por um único e igual período.

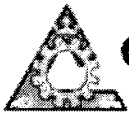
4.5.4. Caso a opção de garantia recaia sobre a modalidade de seguro garantia, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar a apólice no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato. A apólice deverá prever cobertura de todas as obrigações contratuais; atualização mediante endossos, em caso de alterações de vigência ou reequilíbrio e renovação em caso de prorrogação contratual.

4.5.5. Se a garantia for prestada em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na conta bancária oficial indicada pelo CONCEDENTE, com vinculação contratual expressa.

4.5.6. Se a opção for pela prestação da garantia mediante títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.5.7. Para a garantia na modalidade de fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. Além disso, deverá constar expressamente a renúncia do fiador aos benefícios previstos no artigo 827 do Código Civil.

4.5.8. A CONCESSIONÁRIA deverá manter a garantia válida, atualizada e integralmente eficaz durante toda a execução contratual, e por no mínimo 3 (três) meses após o término do contrato,



renovando-a sempre que houver prorrogação contratual, alteração no objeto ou reequilíbrio econômico-financeiro.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto da concessão, consistente na comercialização de produtos lotéricos, será realizada por meio de canais físicos e/ou canais eletrônicos disponibilizados pela CONCESSIONÁRIA, sob sua inteira responsabilidade operacional, tecnológica e comercial.

5.2. Para os fins deste Termo de Referência, consideram-se:

I – **Produtos lotéricos em meio físico:** aqueles materializados em bilhetes, cupons ou documentos impressos, emitidos em papel, mediante transação realizada em ponto de venda autorizado;

II – **Produtos lotéricos em meio virtual:** aqueles disponibilizados exclusivamente por meio eletrônico, sem emissão física, com registro digital da transação.

5.3. A distribuição de produtos lotéricos por canal eletrônico deverá ocorrer obrigatoriamente por meio de:

I – Website próprio e exclusivo da CONCESSIONÁRIA, com domínio vinculado à LOTO CAT, e/ou

II – Aplicativo móvel oficial, ambos compatíveis com os dispositivos mais utilizados e com mecanismos de segurança, autenticação de usuários, rastreabilidade e controles de KYC e AML.

5.4. A distribuição dos produtos lotéricos pelo canal físico deverá ser realizada por meio dos pontos de venda (PDVs) dedicados e facultada pelos não dedicados, sempre restrito aos limites territoriais do Município de Cataguases-MG.

5.5. Para fins de execução dos serviços lotéricos em meio físico, poderão ser explorados dois tipos de Pontos de Venda (PDVs) pela CONCESSIONÁRIA, desde que previamente cadastrados, monitorados e mantidos em conformidade com as exigências operacionais e regulatórias do contrato:

I - **PDVs dedicados:** São aqueles estabelecimentos com dedicação exclusiva à comercialização de produtos lotéricos e, eventualmente, à exploração de receitas acessórias (como recarga de serviços, venda de produtos licenciados, etc.).

Esses pontos deverão ser obrigatoriamente administrados diretamente pela CONCESSIONÁRIA, sob sua estrutura própria, com pessoal, equipamentos e controle operacional integral.

II - **PDVs não dedicados:** São estabelecimentos comerciais preexistentes que possuem atividade econômica principal diversa, nos quais a venda de produtos lotéricos será atividade secundária autorizada.

A gestão desses pontos será de caráter misto, cabendo à CONCESSIONÁRIA:

- Cadastrar, habilitar e auditar os PDVs não dedicados;



- Fornecer os equipamentos necessários, incluindo a plataforma de jogos, sistema de vendas, terminais e materiais de apoio;
- Assegurar suporte técnico e preferencialmente atendimento presencial;
- Supervisionar a conformidade operacional com as regras do contrato.

Caberá ao operador local (comerciante ou parceiro):

- Arcar com os custos operacionais e de manutenção do PDV;
- Garantir a infraestrutura mínima para instalação e segurança dos equipamentos;
- Executar as vendas e reportar as operações, conforme procedimentos definidos pela CONCESSIONÁRIA.

5.5.1. A remuneração dos PDVs não dedicados será definida exclusivamente por meio de acordo privado entre o operador local e a CONCESSIONÁRIA, sem qualquer vínculo contratual, solidário ou subsidiário com o poder CONCEDENTE.

5.5.2. A implementação da rede física de PDVs não dedicados terá como um de seus principais objetivos a ampliação dos canais de atendimento e relacionamento com a população, promovendo maior capilaridade e inclusão territorial na oferta dos produtos lotéricos, respeitados os limites geográficos do Município de Cataguases-MG.

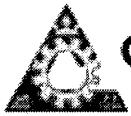
Para tanto, a CONCESSIONÁRIA poderá celebrar parcerias com estabelecimentos comerciais previamente existentes, inseridos, preferencialmente, nos seguintes ramos de atividade:

- Lojas de comércio varejista com grande fluxo de pessoas (ex.: bancas de jornal, papelarias, mercearias, bares);
- Postos de combustíveis e lojas de conveniência;
- Estabelecimentos em shoppings centers e centros comerciais;
- Unidades franqueadas dos Correios;
- Pontos de venda ambulantes legalmente autorizados pelo Município;
- Outras atividades comerciais compatíveis com a operação, a critério da CONCESSIONÁRIA, desde que previamente aprovadas pelo CONCEDENTE.

5.5.3. A seleção e o credenciamento dos PDVs não dedicados deverão observar critérios de segurança, adequação física, localização estratégica, responsabilidade fiscal e reputação idônea, assegurando a conformidade com as normas técnicas e regulatórias aplicáveis à exploração dos serviços lotéricos.

5.6. Todas as despesas relativas à implementação, manutenção, readequação, ampliação e modernização da infraestrutura necessária à execução dos serviços lotéricos, incluindo canais físicos e eletrônicos, correrão exclusivamente por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer ônus, repasse ou reembolso por parte do CONCEDENTE.

5.7. Estrutura Física Mínima:



5.7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, operar e manter a estrutura física mínima de pontos de venda (PDVs), nos seguintes formatos:

a) Formato Loja:

- Atividade exclusiva: estabelecimento dedicado exclusivamente à comercialização de produtos lotéricos e atividades acessórias.
- Atividade compartilhada: loja cuja atividade principal é lotérica, mas que pode exercer outras atividades complementares permitidas.

b) Formato Quiosque:

- Estrutura modular, localizada em ambiente público ou de acesso coletivo, destinada exclusivamente à comercialização de produtos lotéricos.

c) Formato Tipo Corner:

- Ocupação de espaço delimitado dentro de outro estabelecimento comercial preexistente, onde a atividade lotérica será secundária, em regime de atividade complementar, operando sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

5.7.2. O dimensionamento físico dos pontos de venda deverá observar:

- As Normas Técnicas Brasileiras (NBR) aplicáveis ao tipo de estrutura instalada;
- As **Normas Regulamentadoras (NR)** do Ministério do Trabalho e Emprego, relativas à segurança, ergonomia e acessibilidade.

5.8 Requisitos da Rede de Distribuição de Produtos Lotéricos

5.8.1. Oferta: Capacidade para configurar, ofertar, integrar e gerenciar todas as modalidades de produtos lotéricos previstas no contrato, de forma contínua, segura e rastreável.

5.8.2. Varejo: Capacidade de processar pedidos e encomendas de pontos de venda, seja por meio de representantes comerciais, seja diretamente pelos próprios PDVs não dedicados, com flexibilidade e integração à cadeia logística.

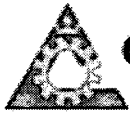
5.8.3. Logística: Capacidade de gerenciar a distribuição, o controle de estoque, a devolução e eventual recolhimento de bilhetes físicos (loteria passiva), garantindo rastreabilidade e eficiência operacional.

5.8.4. Venda e gestão de cadeia: Capacidade de realizar vendas, inclusive com rastreamento individualizado de bilhetes físicos, gestão da cadeia de suprimentos, controle de distribuidores, fornecedores e colaboradores.

5.9. Comercialização em canais físicos e virtuais

5.9.1. Os produtos lotéricos, incluindo bilhetes das modalidades físicas, poderão ser comercializados tanto nos PDVs físicos (dedicados e não dedicados) quanto por meios eletrônicos, desde que observadas as disposições deste Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

5.10. Transparência ao consumidor



5.10.1. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar, de forma clara e acessível, em todos os seus canais de venda (físicos e virtuais), as seguintes informações relativas a cada jogo ou produto lotérico:

- Forma de participação e regras da modalidade;
- Probabilidades de acerto ou ganho, de forma inequívoca;
- Valor de comercialização de cada bilhete ou aposta.

5.11. Equipamentos e homologação técnica

5.11.1. Todos os equipamentos fornecidos aos pontos de venda deverão:

- Ser homologados previamente pelo CONCEDENTE;
- Estar integrados com a PLATAFORMA oficial da operação;
- Atender aos requisitos de rastreabilidade, interoperabilidade e segurança definidos em regulamento técnico.

5.12. Monitoramento e fiscalização

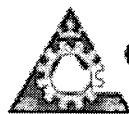
5.12.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela fiscalização e controle contínuo da rede de PDVs, incluindo:

- Auditorias presenciais e remotas;
- Análise sistemática de relatórios de vendas, operação e incidentes;
- Adoção de medidas corretivas imediatas em caso de inconformidades.

5.12.2. O CONCEDENTE manterá prerrogativa de fiscalização permanente, podendo requisitar documentos, realizar inspeções in loco e aplicar sanções administrativas, conforme previsto no edital e no contrato.

5.13. A PLATAFORMA tecnológica da CONCESSIONÁRIA deverá estar permanentemente conectada e integrada a todos os pontos de venda físicos (dedicados e não dedicados), bem como aos canais eletrônicos, de modo a:

- I. Suportar, em tempo real, a execução e registro das transações de apostas realizadas em qualquer canal;
- II. Permitir a transferência automatizada, segura e rastreável de todas as informações operacionais exigidas pelo CONCEDENTE, relacionadas à comercialização dos produtos lotéricos, incluindo:
 - Dados de apostas realizadas (data, hora, modalidade, valor, origem);
 - Informações de prêmios pagos e bilhetes não resgatados;
 - Relatórios consolidados por canal, PDV, produto e faixa horária;
 - Logs de auditoria e arquivos de contingência.



5.14. A plataforma deverá estar preparada para se adequar às exigências de interoperabilidade, segurança cibernética, monitoramento e auditoria estabelecidas pelo CONCEDENTE e pela legislação vigente, inclusive normas federais aplicáveis à atividade lotérica.

5.15. Certificação técnica e segurança

5.15.1. No prazo máximo de 03 (três) meses contados da assinatura do contrato de concessão, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, sem qualquer ônus para o poder CONCEDENTE, as certificações técnicas internacionais de conformidade e segurança, emitidas por entidade independente internacional reconhecida (como a GLI – Gaming Laboratories International) ou outra de padrão técnico equivalente, necessárias para cada MODALIDADE LOTÉRICA explorada, conforme relação da tabela a seguir:

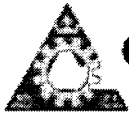
Tabela 1 – Certificações obrigatórias para PRODUTOS LOTÉRICOS por MODALIDADE LOTÉRICA

MODALIDADE	CERTIFICAÇÕES OBRIGATÓRIAS
INSTANTANEA	GLI -14 Finite Scratch Ticket and Pull-Tab Systems (sistema de resultados pré-gerados e raspadinhas) GLI -20 Kiosks (Padrão de Pontos de Venda) GLI – 21 Client-Server Systems (sistema cliente-servidor)
PROGNÓSTICO NUMÉRICO	GLI -15 Electronic Bingo and Keno Systems (sistemas eletrônicos de bingo e keno) GLI -19 Interactive Gaming Systems (Sistemas de Jogos Interativos)
APOSTA DE QUOTA FIXA	GLI -33 Event Wagering Systems (sistemas de apostas em eventos reais ou virtuais)

5.15.2. A certificação GLI-21 poderá, opcionalmente, ser substituída pela GLI-23, referente a Video Lottery Terminals (VLT).

5.15.3. Se a CONCESSIONÁRIA optar por não explorar a comercialização de seus PRODUTOS LOTÉRICOS em PONTOS DE VENDA, a obtenção da certificação GLI-20 passará a ser facultativa.

5.15.4. No caso de exploração de produtos lotéricos que requerem a realização de SORTEIOS, os equipamentos a serem utilizados na realização deles deverão ser certificados e aferidos por



laboratórios de ensaios em laudos assinados por técnico com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agrimensura.

5.15.5. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar um Programa de Compliance efetivo, nos moldes da norma ISO 37301 (ou equivalente), com estrutura mínima de governança, canais de denúncia, controles internos, prevenção à lavagem de dinheiro e combate à corrupção.

5.15.6. A plataforma da CONCESSIONÁRIA deve assegurar a capacidade de atender aos requisitos da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), ISO27000:2018 e WLA – SCS:2020, ou similares mais rigorosos, com monitoramento de 24 horas por dia, 7 dias por semana, para garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados.

5.15.7. A CONCESSIONÁRIA deverá operar com, no mínimo, dois Data Centers (próprios ou terceirizados) independentes, sendo um obrigatoriamente localizado em território brasileiro. O segundo será destinado à redundância e guarda de cópia de segurança dos dados (backup), devendo ambos os ambientes adotar os mesmos padrões de segurança, integridade e controle da informação.

5.15.8. Em até 12 (doze) meses após a assinatura do contrato, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar as seguintes comprovações, visando à segurança do apostador e à integridade da operação:

- Implementação de políticas de jogo responsável nos moldes da norma WLA – Responsible Gaming Framework (WLA-RGF), nível 3, ou norma internacional equivalente;
- Afiliação ativa como membro da World Lottery Association (WLA), da Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas del Estado (CIBELAE), ou entidade internacional equivalente do setor;
- Afiliação a entidade internacional de prevenção da manipulação de resultados esportivos, como forma de garantir integridade na modalidade de apostas de quota fixa.

5.16. Em até 10 (dez) dias úteis contados do encerramento ou rescisão ou extinção da Concessão, todo o banco de dados dos clientes, das operações lotéricas, das movimentações financeiras e demais informações contidas em banco de dados oriundos dos jogos e clientes deverão ser entregues na íntegra ao poder CONCEDENTE, estruturados em formato aberto, isto é, que não necessite de ferramenta proprietária para sua abertura ou utilização, na plataforma em ambiente de nuvem.

5.17. DO SERVIÇO ADEQUADO

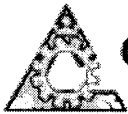
5.17.1. A concessão da exploração dos serviços lotéricos, em meio físico e virtual, pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos apostadores e à satisfação do interesse público, conforme previsto no art. 6º da Lei Federal nº 8.987/1995.

5.17.2. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia e generalidade na sua prestação.

Endereço: Rua Major Vieira, 212 - 2º Andar, Sala 208 - Centro - Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - Ramais: 143, 144, 145, 146

E-mail: compras@cataguases.mg.gov.br



5.17.3. Para os fins previstos neste CONTRATO, considera-se:

- a) Regularidade: a exploração da CONCESSÃO nas condições estabelecidas no edital, neste CONTRATO e nas normas aplicáveis.
- b) Continuidade: oferta do serviço da Loteria Municipal de Cataguases - MG em caráter permanente e sem interrupções.
- c) Eficiência: a execução de acordo com as normas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento do Acordo de Níveis de Serviço.
- d) Segurança: a operação, nos níveis exigidos no Edital, especialmente o contido no Termo de Referência, de modo que sejam mantidos, em níveis satisfatórios, a segurança dos dados obtidos em decorrência das apostas.
- e) Atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades.
- f) Cortesia: tratamento adequado dos apostadores.
- g) Generalidade: os serviços devem ser prestados com a maior amplitude possível, de forma a beneficiar o maior número possível de indivíduos.

5.17.4. A CONCESSIONÁRIA deverá assegurar, durante todo o prazo da concessão, a prestação contínua e integral do serviço adequado, atendendo fielmente aos parâmetros definidos nesta cláusula, sob pena de aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

5.18 DA QUALIDADE DA EXPLORAÇÃO

5.18.1. A CONCESSIONÁRIA encaminhará o Relatório de prestação de contas mensal contendo, no mínimo, as informações relativas aos indicadores financeiros, indicadores estratégicos e indicadores operacionais, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à apuração do GGR (Gross Gaming Revenue).

5.18.2. O controle da qualidade da exploração também será realizado pela verificação do cumprimento do Acordo de Nível de Serviço (ANS), cujo objetivo é definir os níveis de qualidade esperados para os serviços de integração, suporte técnico ao usuário, sistema de operação de loterias, eficiência operacional e cumprimento das obrigações contratuais.

5.18.3. As especificações do Acordo de Nível de Serviço (ANS) estão disponibilizadas no Edital.

5.18.4. O CONCEDENTE poderá expedir atos administrativos referentes à fiscalização, auditoria, controle, operacionalização e exploração do serviço público objeto deste Contrato, os quais serão observados, obrigatoriamente, pela CONCESSIONÁRIA.

5.19 DO INÍCIO DA COMERCIALIZAÇÃO

5.19.1. A CONCESSIONÁRIA deverá explorar no mínimo 2 (duas) das modalidades previstas, sendo obrigatório o desenvolvimento e fornecimento de produtos lotéricos, com o mínimo 1 (um) produto de

Endereço: Rua Major Vieira, 212 - 2º Andar, Sala 208 - Centro - Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - Ramais: 143, 144, 145, 146

E-mail: compras@cataguases.mg.gov.br



maneira física, possibilitando o acesso da população ao serviço lotérico, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir da assinatura do Contrato de Concessão.

5.19.2. O prazo final para implementação de todas as modalidades será de 5 (cinco) anos contados da assinatura do contrato. Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha interesse de operar uma das modalidades previstas no Edital DEVERÁ comunicar ao poder CONCEDENTE para que seja realizado novo Edital de Concorrência na(s) modalidade(s) específica(s) que não será(ão) operadas pela CONCESSIONÁRIA.

5.19.3. Antes da emissão e comercialização dos produtos lotéricos, será necessária, previamente, a provação do Plano de Jogo pelo CONCEDENTE.

5.19.4. O equipamento de sorteio deve ser fornecido pelo licitante vencedor. As equipes do sorteio devem conter equipes tradicionais, bem como geradores automáticos de números aleatórios. Os sorteios realizados pelas equipes tradicionais devem ser transmitidos em formato digital em tempo real em alguma plataforma ou mídia. A equipe de sorteio deverá estar instalada no município.

5.19.5. Na comercialização dos produtos lotéricos, devem ser instruídos colaboradores e proprietários dos pontos de venda dedicados e não dedicados que a venda para menores é proibida e resulta nas sanções previstas na Lei Federal nº 7.209/94 e Lei Federal nº 8.069/90, bem como nas demais previsões legais de proteção ao menor, além de quebra de contrato, sendo responsabilidades do operador identificar o ponto de venda infrator e fazer ampla divulgação desta proibição.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1 DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

- a) Colocar à disposição da CONCESSIONÁRIA todas as informações necessárias à execução dos serviços.
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta.
- c) Verificar minuciosamente a conformidade do objeto com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta.
- d) Comunicar a CONCESSIONÁRIA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado.
- f) Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.



- g) Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis às autoridades competentes, para a apuração dos ilícitos.
- h) Realizar auditorias periódica nas contas e registros da CONCESSIONÁRIA.
- i) Intervir, retomar ou extinguir a concessão, conforme previsão do Edital, Termo de Referência, Anexos, bem como na legislação pertinente.
- j) Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração Pública, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.
- k) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONCESSIONÁRIA.
- l) Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicadas pela CONCESSIONÁRIA.
- m) Homologar, no prazo estipulado, os Planos de Jogo apresentados pela CONCESSIONÁRIA.
- n) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da CONCESSÃO e as cláusulas deste CONTRATO.
- o) Receber, apurar e promover a solução das reclamações dos apostadores, quando julgadas procedentes.
- p) Estimular o aumento da qualidade dos serviços prestados aos apostadores e o incremento da eficiência dos serviços prestado pela CONCESSIONÁRIA.
- q) Zelar pela prestação de serviço em nível adequado, respeitados os critérios, diretrizes e parâmetros estabelecidos neste CONTRATO e no Edital e seus Anexos.
- r) Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.
- s) Inserir a logomarca da CONCESSIONÁRIA juntamente a marca da Loteria Municipal de Cataguases-MG em todos os materiais publicitários e pontos de venda fixo a ser instalados.

6.2 DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

6.2.1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se, por si, seus colaboradores, funcionários, representantes e quaisquer outros que tenham acesso a informações vinculadas ao presente, manter sigilo sobre as informações recebidas, preservando a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da



imagem das pessoas, assim como de quaisquer outros dados cuja publicidade seja restringida pela legislação vigente.

6.2.2. A vigência da obrigação de confidencialidade e/ou sigilo, assumida pela CONCESSIONÁRIA por meio deste CONTRATO, terá a validade durante toda a validade deste instrumento firmado entre as partes, e inclusive após o término dele.

6.2.3. As restrições previstas neste CONTRATO para proteção da informação confidencial e/ou sigilosa não se aplicam às informações que devam ser divulgadas por força de lei ou de decisão judicial ou arbitral, ou ainda por ordem de qualquer autoridade governamental.

6.2.4. A infração de quaisquer disposições deste CONTRATO, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não, de qualquer informação confidencial e/ou sigilosa, material, documentos e informações da CONCEDENTE ao público e/ou a outras pessoas físicas e jurídicas, dará ensejo a indenizações por perdas e danos, recaindo essas responsabilidades, exclusivamente, sobre a CONCESSIONÁRIA.

6.2.5. O não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições deste CONTRATO, implicará na responsabilidade administrativa, civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de confidencialidade e/ou sigilo de informações estabelecidas e formalizadas por meio deste CONTRATO, ficando a CONCESSIONÁRIA ciente de todas as sanções administrativas e judiciais que poderão advir.

6.3 DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

- a) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a obtenção da CONCESSÃO, podendo a CONCEDENTE, a qualquer tempo, exigir a apresentação de tais documentos.
- b) Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme legislação vigente.
- c) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da CONCEDENTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços.
- d) Prestar serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância às recomendações de jogo seguro, normas e legislação.
- e) Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONCEDENTE, cujas reclamações se obriga a atender.
- f) Prestar contas à CONCEDENTE e aos usuários na forma e na periodicidade estabelecida no CONTRATO.
- g) Dar ciência à CONCEDENTE, com antecedência mínima de metade do prazo previsto para a entrega de qualquer documento, dos motivos que impossibilitem o envio dentro do prazo previsto.

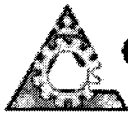
Endereço: Rua Major Vieira, 212 - 2º Andar, Sala 208 - Centro - Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - Ramais: 143, 144, 145, 146

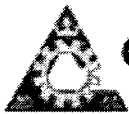
E-mail: compras@cataguases.mg.gov.br



- h) Dar conhecimento imediato, à CONCEDENTE, de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no CONTRATO e que possa constituir causa de intervenção, caducidade da CONCESSÃO ou, ainda, rescisão do CONTRATO.
- i) Observar e cumprir os atos e normas publicados pela CONCEDENTE, incluindo portarias e regulamentos que disciplinem a exploração da Loteria Municipal de Cataguases-MG, em especial as concernentes à fiscalização, auditoria, controle e operacionalização dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA.
- j) Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços concedidos.
- k) Responsabilizar-se pelo bom funcionamento do seu correio eletrônico, bem como pelo recebimento e entrega dos documentos solicitados.
- l) Permitir aos encarregados da fiscalização da CONCESSÃO livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros, assim como às instalações vinculadas à CONCESSÃO.
- m) Submeter para aprovação da CONCEDENTE, no início de cada ano fiscal, o seu Plano Operacional atualizado para os próximos 12 (doze) meses, que em 30 (trinta) dias analisará a proposta e emitirá parecer de aprovação ou sugestão de melhorias.
- r) Captar e gerir os recursos financeiros necessários à execução da CONCESSÃO.
- s) Arcar com todos os custos relacionados as suas atividades e operação, seja em meio físico e/ou virtual.
- t) Responder, nos termos da lei, por quaisquer prejuízos causados aos apostadores ou terceiros no exercício da execução das atividades da CONCESSÃO, não sendo imputável à CONCEDENTE qualquer responsabilidade, direta ou indireta. A fiscalização exercida pela CONCEDENTE não exclui ou atenua essa responsabilidade.
- u) Observar o Manual de Marcas da CONCEDENTE em todas as peças publicitárias e/ou promocionais que pretenda veicular.
- v) Responsabilizar-se por divulgar e manter visível em suas dependências e sítio eletrônico, os materiais publicitários e de informe legal que a CONCEDENTE vier a distribuir, devendo retirá-los nas datas de validade indicadas nas respectivas peças.
- w) Cumprir o disposto na legislação nacional, estadual e municipal relativa à matéria de proteção ambiental.
- x) Elaborar em conjunto com o PODER CONCEDENTE medidas de combate ao jogo ilegal, seja em ambiente físico ou virtual.
- y) Manter índice superior a 98% (noventa e oito por cento) de resolução de problemas nos canais de reclamação/ouvidoria.



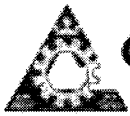
- z) Manter seus canais de atendimento com a população com índices superiores a 99% (noventa e nove por cento).
- aa) Manter medidas preventivas de segurança a todos os seus sistemas e banco de dados.
- bb) Manter o serviço público de loterias durante todo o período de CONCESSÃO dentro das melhores práticas de governança do segmento lotérico.
- cc) Cumprir o payout mínimo mensal estipulado em legislação e atos normativos.
- dd) Receber, apurar e resolver queixas e reclamações, devidamente fundamentadas, dos apostadores.
- ee) Receber, apurar e resolver os problemas relacionados aos pontos de venda.
- ff) Efetuar o pagamento dos prêmios com a respectiva dedução de impostos, se houver aos vencedores.
- gg) Disponibilizar em sua Plataforma de Loterias, com o objetivo de proporcionar a gestão, o monitoramento e a fiscalização remota, no mínimo, as informações relacionadas a seguir:
- I) Indicadores Financeiros (quantidade e valor)
- II) Indicadores Estratégicos
- III) Indicadores Operacionais.
- hh) Responder perante a CONCEDENTE e terceiros por todos os atos e eventos sob sua competência.
- ii) Informar à CONCEDENTE mensalmente a lista atualizada dos funcionários contratados, sócios e administradores.
- jj) Evitar em seu quadro, pessoas com condenações criminais relacionadas aos crimes de prática ilegal de jogos de azar, bem como a prática de lavagem de dinheiro.
- kk) Informar imediatamente à CONCEDENTE e demais autoridades competentes quaisquer atos ou fatos ilegais ou ilícitos de que tenha conhecimento em razão das atividades objeto da CONCESSÃO.
- mm) Garantir que os saques somente serão realizados pelo CPF que originou a aposta. Assegurar ainda que não ocorram transferências de saldos entre apostadores, coibindo a prática de lavagem de dinheiro.
- nn) Manter um Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) para atender às demandas dos apostadores em tempo integral, nos termos da legislação aplicável à defesa do consumidor.
- oo) Instituir ouvidoria, para atender às demandas dos usuários, bem como apresentar resposta às reclamações, desde que pertinentes, em prazo razoável e predeterminado.
- pp) Divulgar as boas práticas e uso consciente dos produtos comercializados.
- qq) Manter atualizada lista de lojas físicas e pontos de venda móveis, sob sua responsabilidade, disponibilizando em seu sítio eletrônico, lojas físicas e à CONCEDENTE.
- rr) Implantar metodologias e tecnologias para o desenvolvimento de rotinas e ações para estimular o uso consciente dos produtos.



- ss) Gerenciar um cadastro específico de pessoas com restrição voluntária e compulsória.
- tt) Assegurar a privacidade dos dados pessoais dos usuários.
- uu) Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste Termo, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra as ordens econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável.
- vv) Implementar medidas destinadas a impedir que seus administradores, sócios, empregados, mandatários ou representantes, bem como fornecedores, contratados ou subcontratados, pratiquem os atos descritos no subitem anterior. Para os fins da obrigação de que trata esse item, são consideradas medidas destinadas a impedir a prática de condutas corruptas, entre outras, a implantação, a manutenção e/ou o aprimoramento de práticas e/ou sistemas de controle interno, incluindo padrões de conduta e políticas visando a garantir o fiel cumprimento da legislação aplicável a CONCESSIONÁRIA.
- ww) Informar imediatamente ao CONCEDENTE quando for citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa resultar em responsabilidade do CONCEDENTE.
- xx) Ressarcir o CONCEDENTE de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais, de qualquer espécie, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis a CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados a CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a apostadores e órgãos de controle e fiscalização.
- yy) Valer-se de conta bancária específica para operacionalização dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.
- zz) Informar órgãos federais e/ou entidades competentes os dados dos apostadores premiados conforme normativas dos órgãos.
- aaa) Estar em plena conformidade com a legislação, normas aplicáveis e as melhores práticas de prevenção à Política de Lavagem de Dinheiro – PLD.
- bbb) Manter atualizado cadastro junto ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, com a respectiva habilitação no SISCOAF, apresentando ao Poder Concedente a adoção de tais medidas.
- ccc) Adotar e realizar de forma efetiva as práticas relacionadas à PLD/FT, devendo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e em caráter sigiloso, comunicar ao COAF:
- I - Toda e qualquer movimentação realizada por apostador que envolva valores a partir de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), seja na condição de pagamento e/ou recebimento, ou outros valores que venham a ser definidos pelas autoridades competentes;



- II - Toda e qualquer operação que pelas características, possam constituir-se em indícios de crime de lavagem de dinheiro.
- ddd) Comunicar ou fornecer qualquer informação ao apostador ou terceiro, sobre as irregularidades constatadas e medidas adotadas fica absolutamente proibido.
- eee) Dar conhecimento imediato, ao CONCEDENTE, de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem, de modo relevante, o normal desenvolvimento da execução do objeto do CONTRATO, apresentando, por escrito e no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da ciência da ocorrência, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, a contribuição de entidades especializadas, externas a CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos.
- fff) Apresentar ao CONCEDENTE, nos prazos estabelecidos, informações adicionais ou complementares que esta venha formalmente a solicitar.
- ggg) Expor em ambiente de comercialização físico e virtual das modalidades de loterias, disposta ao objeto do presente Termo de Referência, as informações e advertências exigidas na legislação e atos normativos vigentes.
- hhh) Dar publicidade, em seu sítio eletrônico e lojas físicas, às seguintes informações:
- I - Advertências previstas na legislação de regência.
 - II - Comunicado sobre o encerramento da comercialização de determinado produto, incluindo, também, informações sobre o número de Apostas Físicas e/ou Apostas Virtuais vendidas, o montante acumulado pago para apostadores.
 - III - Bloqueio e informação clara de que as apostas somente podem ser realizadas por pessoa maior de 18 (dezoito) anos.
- iii) Dispor em todo ponto de venda físico de atendimento presencial e/ou com leitor biométrico para que as apostas estejam em conformidade com a legislação aplicável.
- jjj) Assegurar ao CONCEDENTE o acesso irrestrito ao banco de dados, por meio de APIs ou por login de acesso, com a finalidade única de consulta.
- kkk) Disponibilizar ao PODER CONCEDENTE seu banco de dados na íntegra após o encerramento do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- lll) Entregar cópia do banco de dados ao CONCEDENTE sempre que solicitado.
- mmm) Atender a todos os chamados registrados no Canal de Ouvidoria do CONCEDENTE, conforme prazo estipulado para cumprimento.
- nnn) Comunicar as alterações no quadro societário da CONCESSIONÁRIA e atualizar os documentos imediatamente após ciência pelo CONCEDENTE.
- ooo) Providenciar todas as autorizações, certificações, alvarás, licenças e aprovações necessárias perante os respectivos órgãos e entidades da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e



municipal, com vistas à execução das atividades relacionadas à concessão, sendo as despesas com tais processos de sua exclusiva responsabilidade.

ppp) As contratações de mão-de-obra feitas pela CONCESSIONÁRIA serão regidas, exclusivamente, pelas disposições de direito privado aplicáveis e, quando for o caso, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre aqueles contratados pelos CONCESSIONÁRIOS e o CONCEDENTE.

hhh) Obter, nos termos e prazos previstos, e manter vigente após a obtenção, todas as certificações, ou outras que vierem a lhes atualizar e/ou substituir, devidamente previstas no Termo de Referência.

iii) Caso seja necessária a dilação de prazo para efetivação da certificação, a CONCEDENTE deverá analisar o pedido da CONCESSIONÁRIA, desde que devidamente justificado.

jjj) A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar o pagamento, referente ao estudo de viabilidade socioeconômico realizado pela empresa BETHANUS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA no valor de R\$ 255.600,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos reais) em conta corrente a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE, até o quinto dia útil subsequente à data da assinatura do contrato.

7. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo servidor Tiago Rodrigues de Souza Reis - Secretário de Fazenda.

7.2 Fica a CONTRATADA obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização dos serviços contratados, facultando o livre acesso a todos os registros e documentos pertinentes, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em transferência de responsabilidade para a contratante;

7.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

7.4. Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc;

7.5. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do respectivo,

Endereço: Rua Major Vieira, 212 - 2º Andar, Sala 208 - Centro - Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - Ramais: 143, 144, 145, 146

E-mail: compras@cataguases.mg.gov.br



encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a CONTRATADA, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, entre outras;

7.6. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.7. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.7.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.7.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.7.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.7.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.8. PLANO DE JOGO



7.8.1. A Concessionária lotérica submeterá à aprovação do CONCEDENTE após a assinatura do contrato de concessão e a qualquer tempo, durante o prazo da concessão, o plano lotérico de jogo elaborado para cada modalidade a ser executada.

7.8.2. São requisitos mínimos do Plano de Jogo:

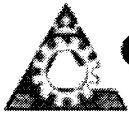
- a) Definição de como se dará a exploração das modalidades lotéricas, conforme proposta vencedora;
- b) Metodologia de sorteio, podendo adotar os resultados da Loteria Federal;
- c) Para jogos virtuais deverá demonstrar, de forma inequívoca, o atendimento da territorialidade, podendo ser exigido certificação idônea do método;
- d) Periodicidade dos sorteios;
- e) Tecnologia de impressão segura de bilhetes, quando cabível;
- f) Regras claras sobre condição para premiação do ganhador;
- g) Regras claras sobre pagamento do prêmio e Imposto de Renda sobre ele;
- h) Plano de marketing incluindo abordagem à Ludopatia;
- i) Fica vedado o uso de material publicitário, por qualquer meio de divulgação, que contenha informação falsa ou enganosa ou que inclua, na radiodifusão de sons ou de sons e imagens, a participação de crianças ou adolescentes, ou que a eles seja dirigida;
- j) Layouts, croquis, gramatura (quando cabível), dentre outros;
- k) Validade do Plano de jogo Lotérico e prescrição dos prêmios;
- l) Formas de apostar;
- m) Canal de atendimento do apostador, conforme previsto no edital;
- n) Vedação expressa de comercialização de jogo para menores;
- o) Repartição da Receita em prêmios, remuneração do operador, participação do Município.
- p) Adequação de todos os elementos do Plano de Jogo ao Jogo Responsável.
- q) Regulamento a ser divulgado ao apostador;
- r) Disponibilização de sítio eletrônico para publicidade das informações sobre a exploração dos jogos lotéricos.

7.8.3. Juntamente com o Plano de jogo apresentado para Loteria de Prognóstico Numérico a Concessionária deverá observar critérios de segurança com a apresentação de certificação GLI para cada tipo de jogo apresentado.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 DAS FONTES DE RECEITAS

8.1.1. A principal fonte de receita da CONCESSIONÁRIA advirá do pagamento das apostas, pelos apostadores, todavia, em razão da peculiaridade do serviço a ser prestado, é facultado a CONCESSIONÁRIA explorar outras fontes de receitas, denominadas receitas extraordinárias, sejam



elas complementares, acessórias, alternativas ou derivadas de projetos associados à fonte de receita principal.

8.1.2. A exploração de ambas as fontes de receita dependerá, em cada caso, da prévia aprovação do CONCEDENTE, que analisará a aderência à atividade principal.

8.1.3. Constituem receitas alternativas, complementares, acessórias ou derivadas de projetos associados quaisquer receitas da CONCESSIONÁRIA não advindas do pagamento de apostas, pelo apostador, ou de aplicações financeiras, sejam elas direta ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da Loteria Municipal de Cataguases.

8.1.4. A proposta de exploração de atividades relacionadas e/ou não relacionadas deverá ser apresentada pela CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE, acompanhada de projeto de viabilidade jurídica, técnica e econômico-financeira.

8.1.5. Apresentado o pedido de exploração de atividades relacionadas e/ou não relacionadas, ao CONCEDENTE terá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, sendo este prazo prorrogável por igual período, se necessário, para aprovar ou negar o pedido, observando-se que, em ambos os casos, a decisão deverá ser fundamentada.

8.1.6. A exploração de atividades relacionadas e não relacionadas pela Concessionária não deve comprometer a segurança da operação e os padrões de qualidade dos serviços, conforme previsto nas normas e procedimentos integrantes deste Termo de Referência e na legislação vigente.

8.1.7. Uma vez aprovada pelo CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá manter contabilidade específica de cada atividade relacionada e/ou não relacionada, em especial quanto às respectivas receitas extraordinárias.

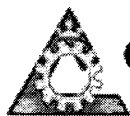
8.1.8. A CONCESSIONÁRIA declara estar ciente dos valores, riscos e condições relacionados à obtenção das fontes de receitas extraordinárias, concordando serem suficientes para remunerar todos os investimentos, custos e despesas.

8.1.9. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de receitas extraordinárias apresentadas em sua proposta, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

8.1.10. O lucro líquido decorrente da exploração das atividades extraordinárias realizadas pelo CONCESSIONÁRIO terá a seguinte divisão/destinação:

- I) 10% (dez por cento) serão destinados, mensalmente, para o CONCEDENTE.
- II) 10% (dez por cento) serão destinados para campanhas de conscientização à população de Cataguases (jogo responsável) a serem executadas pela CONCESSIONÁRIA, sob aprovação do CONCEDENTE.
- III) 80% (oitenta por cento) constituirão receita adicional da CONCESSIONÁRIA.

8.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS



8.2.1 Em razão da exploração dos serviços lotéricos municipais, a CONCESSIONÁRIA deverá efetuar os seguintes pagamentos ao poder CONCEDENTE:

- a) Outorga Fixa:** O valor mínimo de referência de **R\$ 121.685,93** (cento e vinte e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e noventa e três centavos), que servirá como lance inicial no certame licitatório, conforme o critério de julgamento de maior oferta pela outorga da concessão, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/1995;
- b) Outorga Variável (Royalties): 5% (cinco por cento)** incidente sobre o GGR.

8.2.2. Outorga fixa

8.2.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento integral da Outorga Fixa no prazo de até **15 (quinze) dias úteis a contar da data da assinatura do contrato**, no valor correspondente ao **lance vencedor da licitação**, observado o valor mínimo de referência indicado na alínea "a" do item 8.2.1.

8.2.2.2. O pagamento da Outorga Fixa deverá ser realizado em nome da Sociedade de Propósito Específico (SPE) constituída para fins de execução do contrato, conforme dados bancários a serem formalmente indicados pelo CONCEDENTE.

8.2.2.3. O pagamento da Outorga Fixa não exime a CONCESSIONÁRIA do cumprimento das demais obrigações contratuais, regulatórias, fiscais e legais, inclusive aquelas relativas à Outorga Variável, encargos trabalhistas, tributários e repasses a órgãos fiscalizadores.

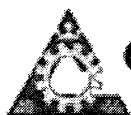
8.2.3 Outorga variável (royalties)

8.2.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá efetuar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de referência, o pagamento da Outorga Variável, correspondente a **5% (cinco por cento) do GGR** – Gross Gaming Revenue apurado no período, conforme demonstrado nos Relatórios Mensais de Prestação de Contas exigidos contratualmente.

8.2.3.2. O pagamento da Outorga Variável deverá ser realizado por meio da Guia de Recolhimento (GRU), boleto bancário ou outro meio oficial que venha a ser indicado pelo CONCEDENTE, com crédito em conta vinculada à instituição financeira oficialmente designada pelo Município. Os dados bancários ou instruções de pagamento deverão ser formalmente informados até a assinatura do contrato.

8.2.3.3. O atraso nos pagamentos por parte da CONCESSIONÁRIA ao CONCEDENTE sujeitará ao pagamento da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, atualizado monetariamente pelo *ICTI* (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, bem como acrescido dos juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

8.2.3.4. O pagamento do percentual destinado a LOTERJ descrito no item 8.2.3.1 deste Edital, ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente à execução dos serviços.



8.2.3.5. A Concessionária deverá enviar ao CONCEDENTE, via Dashboard e impresso, relatório contábil mensal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, com o balanço do período e as demonstrações financeiras, assinado por profissional legalmente habilitado para o exercício profissional ou pelo representante legal da Concessionária perante o poder CONCEDENTE.

8.2.3.6. Eventuais inconsistências no repasse por parte da CONCESSIONÁRIA deverão ser compensadas juntamente com o pagamento do mês subsequente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da modalidade Concorrência Pública, adotando-se como critério de julgamento o de Maior Oferta pela Outorga da Concessão, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei Federal nº 8.987/1995.

9.2. A presente licitação visa à exploração do serviço público de loterias no Município de Cataguases-MG, por meio da concessão da operação da **LOTOCAT – Loteria do Município de Cataguases-MG**, a ser outorgada à pessoa jurídica habilitada e qualificada, nos termos do edital, para exploração das **modalidades lotéricas atualmente previstas na legislação federal vigente**, quais sejam: Loteria Passiva; Loteria de Prognósticos Numéricos; Loteria de Prognóstico Específico; Loteria de Prognósticos Esportivos; Loteria Instantânea; Loteria de Apostas de Quota Fixa, e bem como **de quaisquer outras modalidades que venham a ser futuramente autorizadas ou regulamentadas pela legislação federal aplicável ao sistema lotérico nacional**.

9.3. Em virtude da especificidade e complexidade do objeto a ser contratado, não se considera vantajoso para a administração pública, o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, não se aplicando a destinação exclusiva para ME e EPP, por se trata-se de lote único de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nem a reserva de até 25% para a participação (uma vez que não é possível também a divisão dos itens), em conformidade com os arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4. Ressalta-se que a concessão prevista neste Termo de Referência não implicará qualquer dispêndio financeiro por parte da Administração Pública Municipal, tendo em vista que a remuneração do Poder Concedente ocorrerá exclusivamente por meio da outorga fixa e da outorga variável (royalties), nos termos definidos na cláusula 8.2 deste instrumento.

9.5. A exploração do serviço público de loterias ocorrerá sob o regime de concessão onerosa, cabendo à CONCESSIONÁRIA arcar integralmente com os investimentos, custos operacionais e obrigações financeiras decorrentes da execução do objeto.

9.6. A CONCESSIONÁRIA deverá observar todos os requisitos da HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA E ECONÔMICO-FINANCEIRA, além da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA e requisitos técnicos gerais da PROVA DE CONCEITO (POC) descritos no edital.

Endereço: Rua Major Vieira, 212 - 2º Andar, Sala 208 - Centro - Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - Ramais: 143, 144, 145, 146

E-mail: compras@cataguases.mg.gov.br



10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Não há disponibilidade de recursos orçamentários do Município de Cataguases para a presente contratação, visto que as despesas relativas aos serviços especificados correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.

10.2. O ingresso das receitas públicas será registrado em conta contábil específica, indicada pelo CONCEDENTE.

11. DOS BENS REVERSÍVEIS

11.1. Integram os bens da concessão e são considerados reversíveis, revertendo ao PODER CONCEDENTE quando da extinção da concessão: Os projetos, planos, documentos, bases de dados, bases de apostadores, e histórico de emissões, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários à execução do serviço público lotérico e que tenham sido especificamente adquiridos ou elaborados no desenvolvimento das atividades integradas na concessão.

12. DA VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência da contratação será o de 20 (vinte) anos, em consonância com a Lei Federal nº 8.987/1995 (que regulamenta o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos) combinado com a Lei Federal nº 11.079/2004 (que estabelece o prazo mínimo e máximo para duração dos contratos de PPP's, como forma de exploração do segmento dos jogos lotéricos pelos entes públicos - não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação).

13. SANÇÕES

13.1. A CONCESSIONÁRIA que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, observando ainda as seguintes variações:

13.3. Será responsabilizado administrativamente a CONCESSIONÁRIA que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da CONCESSÃO;

13.4. Toda a aplicação de penalidade deve ser precedida do competente processo administrativo com ampla defesa e contraditório da CONCESSIONÁRIA.

Tiago Rodrigues de Souza Reis
Elaboração ETP e TR
Fiscal do contrato

Tiago Rodrigues de S. Reis
SECRETÁRIO DE FAZENDA
MATRÍCULA: 315313